

INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA NO ECOTURISMO: DEFININDO CRITÉRIOS PARA ANALISAR O PLANO INTERPRETATIVO DO PARQUE NACIONAL MARINHO DOS ABROLHOS

Gustavo Uchôa de Mello Affonso¹

Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto²

Daniel Durante Pereira Alves³

Resumo: Em busca de estratégias de solução para a crise socioambiental planetária, este é um trabalho teórico com objetivo de se aprofundar no entendimento sobre a interpretação ambiental no ecoturismo. Sendo ela um instrumento da Educação Ambiental crítica em unidades de conservação, visa-se contribuir para a edificação de sociedades sustentáveis e, assim, definir critérios para analisar o plano interpretativo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. Através de uma análise qualitativa de dados, percebe-se que, para os planos interpretativos potencializarem o ecoturismo como uma atividade de impacto socioambiental positivo, refletindo em contribuições para transformações socioculturais profundas, eles precisam estar alinhados a princípios educadores ambientalistas, ou seja, à Educação Ambiental crítica.

Palavras-chave: Ecoturismo; Interpretação Ambiental; Educação Ambiental Crítica; Unidades de Conservação; Sociedades Sustentáveis.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: gustavo.uma@gmail.com.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7810208846384218>

² Universidade Federal do Sul da Bahia. E-mail: alessandra.nupee@csc.ufsb.edu.br.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2365706051026225>

³ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: durante10@gmail.com.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0105245515649663>

Abstract: In search of solution strategies for the planetary socio-environmental crisis, this is a theoretical paper that aims to deepen in the understanding of the environmental interpretation in ecotourism. As it is a critical environmental education tool in protected natural areas, it aims to contribute to the building of sustainable societies and, so, defining criteria to analyze the Interpretative Plan of Abrolhos Marine National Park. Through a qualitative data analysis, it is clear that, for the interpretative plans to enhance ecotourism as an activity with a positive socio-environmental impact, reflecting in contributions to deep sociocultural transformations, they need to be aligned with environmental educators principles, that is, with critical environmental education.

Keywords: Ecotourism; Environmental Interpretation; Critical Environmental Education; Protected Natural Areas; Sustainable Societies.

Introdução

Diante de um padrão de cultura sustentado em um modelo de produção e consumo socialmente e ambientalmente desequilibrado, como apresentado por Gonçalves (2006), é fundamental pensar em estratégias para salvaguardar as funcionalidades ecológicas, os aspectos socioculturais e obter ferramentas para contribuir com a construção de uma consciência crítica das pessoas. Ademais, é essencial fortalecer novas maneiras de se pensar a nossa relação com a natureza, bem como novos modelos de sociedade, cujos impactos sociobiodiversos sejam mais positivos.

Nesse contexto, as Unidades de Conservação (UCs) aparecem como territórios cujo papel social e ecológico tem potencial para desenvolver mecanismos sensibilizadores dos visitantes; estimular processos educativos com as comunidades do entorno; e transformar valores sociais. São espaços estratégicos para ações que, além de lazer, bem-estar, pesquisa científica e demais atividades no SNUC⁴ (BRASIL, 2000), devem visar a promoção de impactos socioambientais positivos. Isso por meio da sensibilização e/ou ampliação da consciência crítica dos seus frequentadores e das pessoas que estão relacionadas ao território em questão. Além disso, as UCs abrigam a maioria dos fragmentos florestais restantes e dos fragmentos importantes de ecossistemas costeiros e marinhos.

A necessidade dessas estratégias, em especial as que envolvem o estabelecimento de UCs de uso indireto⁵, tem relação direta com o desequilíbrio dos valores sociais atrelados ao sistema capitalista. Este tem, como base, o crescimento ilimitado da produção de bens e serviços e a exacerbada acumulação de capital, restrita a poucos. Isto é, parte da importância das Áreas Protegidas (APs)⁶ se deve a essa cultura, há muito

⁴ Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - [LEI 9.985/2000](#)).

⁵ Nominadas no SNUC como Unidades de Proteção Integral, cujo objetivo principal é preservar natureza.

⁶ O termo Áreas Protegidas é a convenção internacional referente às unidades de conservação, no caso brasileiro.

arraigada em nós, de utilização dos recursos naturais como se os mesmos fossem inesgotáveis (GONÇALVES, 2006).

Segundo Pádua e Chiaravalloti (2012, p. 142), as UCs existem por causa da grande pressão e ameaça à conservação da biodiversidade e dos recursos naturais e culturais. O que é preciso, no entanto, é que um novo e mais equilibrado relacionamento das pessoas e da sociedade com a natureza ocorra também fora dos espaços naturais protegidos. Pimentel (2008, p. 96) faz uma provocação para que se pense como utilizar estes espaços para construir uma nova ética social, visando a conservação social e ecológica. Para o autor, é claro que um novo papel desses territórios se encontra no estímulo à formação de cidadãos ecologicamente conscientes e com um novo modo de se comportar perante as questões socioambientais.

Caminhando nessa direção, parte dos ativistas ambientais considera que a promoção de atividades de ecoturismo em UCs tem eficácia dupla. Elas tanto podem colaborar para transformar a mentalidade dos visitantes turistas, quanto também têm potencialidade para fortalecer as comunidades locais por meio de processos participativos e inclusivos; isso de modo a estimular a conservação ecológica e trazer benefícios socioeconômicos. Segundo Bartholo *et al.* (2010, p. 174), é possível criarmos inúmeras possibilidades de inclusão social por meio da Educação Ambiental (EA). Por exemplo, fomentando a participação da população nos processos de decisão; na gestão do turismo; na capacitação de pessoas para questões ligadas à restauração ecológica, à conservação ambiental e a diversas atividades associadas ao setor do turismo e ao patrimônio cultural. Ainda segundo esse autor, dessa forma, criaremos alternativas de uma nova dinâmica socioespacial para os territórios das UCs.

Cabe destacar que o termo “patrimônio” será utilizado inúmeras vezes neste estudo, pois muitos autores referem-se à interpretação ambiental (IA)⁷ como interpretação do patrimônio. Partiremos da noção de que existe um patrimônio ambiental resultante de uma combinação entre natureza e cultura, pois, segundo Gerhardt e Nodari (2016, p. 67), elas “*são duas faces da mesma realidade*”.

Voltando à questão do turismo, neste trabalho ele será abordado a partir das características do ecoturismo, o qual teve diretrizes próprias estabelecidas (BRASIL, 1994) no final do século XX. É importante notar que, paralelamente às práticas que classificamos como EA, essencial à prática do ecoturismo, há também um conjunto de atividades, práticas e métodos convencionalmente rotulados de Interpretação Ambiental. Estes também ajudam a promover oportunidades de aprendizagem e de transformação pessoal (FENNELL; WEAVER, 2005, p. 374). Tanto a EA quanto a IA são instrumentos que podem promover um processo de sensibilização ecológica e oportunidades de aprendizagem, como demonstrado por Neiman e Rabinovich

⁷ Alguns autores dispensam o adjetivo “ambiental” se referem à interpretação ambiental simplesmente como “interpretação”.

(2008, p. 98) ao apontarem a importância da EA no ecoturismo, possibilitando assim a expansão de uma consciência socioambientalista.

Diante do processo de sensibilização, a EA tem muito a contribuir, pois ajuda na formação de uma atitude ética e política em um mundo em crise (CARVALHO, 1998, p. 24). Os objetivos das UCs, nessa direção, aliados a estratégias sensibilizadoras, podem ultrapassar seus limites físicos, ajudando a promover uma mentalidade conservacionista e conectando as pessoas envolvidas com estes espaços. No entanto, o componente educativo é, muitas vezes, deixado de lado ou minimizado nos contextos de ecoturismo e de visitação. Raros são os casos em que se dá relevância ao papel educativo na visitação de AP. Para que haja uma real transformação na nossa sociedade, é preciso um olhar crítico; para que possamos assumir um novo modelo de desenvolvimento ao invés de copiar os modelos vigentes elitizados e baseados em desigualdades sociais e desequilíbrios ecológicos, insustentáveis do ponto de vista social, ecológico e econômico, como demonstrado no texto de Lima (1997).

Um dos pressupostos principais deste artigo é que a EA crítica – a qual, segundo Layrargues (2002, p. 189), busca desenvolver, nos educandos, uma consciência crítica dos riscos e respectivos conflitos ambientais ligados aos fatos mundanos e seus atores – pode ser um instrumento importante para essa transformação de mentalidade e de comportamentos que a crise ambiental global exige de nós.

No contexto da EA em áreas marinhas no Brasil, Berchez *et al.* (2016) demonstra a importância de se estimulá-la, bem como a comunicação científica sobre pesquisa ecológica marinha, para o público como um todo. Interessante notar que um dos principais critérios do grupo de trabalho “ReBentos” se baliza, justamente, nos princípios da EA crítica, implicando uma concepção holística sobre as coisas. Cabe também citar a existência do Projeto Político Pedagógico das Zonas Costeira e Marinha do Brasil (PPPZCM)⁸, balizado pela Educação Ambiental Crítica, e que possui uma rede de facilitadores ao longo de todo o litoral brasileiro, além de uma plataforma⁹ online para consulta e cadastramento de experiências de EA nas zonas costeiras e marinhas do país.

Um dado que pode impulsionar o movimento educativo ambiental é o aumento crescente de visitantes em UCs. Segundo o ICMBIO (2020), desde 2007, a visitação nesses territórios aumentou 471%. Tal crescimento “vem levando governos, empresários e comunidades locais a gerenciar e promover seu patrimônio como recurso educacional e como recurso de desenvolvimento turístico” (MURTA *et al.*, 2002, p. 13).

E a IA, como sendo uma ferramenta da EA, tem sido uma estratégia que vem ganhando destaque nesse contexto. Essa atividade, que é oferecida

⁸Para saber sobre o PPPZCM consultar: https://cooperacaobrasil-alemanha.com/TerraMar/Projeto_Pedagogico_PPPZCM.pdf

⁹ Para saber mais consultar: <https://pppzcm.monitoraea.org.br/facilitador/236/projetos>

aos visitantes em áreas naturais e sítios históricos, teve sua primeira definição formulada por Tilden, em 1977: IA é “uma atividade educacional que visa revelar significados e relações por meio do uso de objetos originais, de experiências de primeira mão e de materiais ilustrativos, ao invés de simplesmente comunicar fatos” (TILDEN, 2007, p. 30). Partiremos deste conceito, com enfoque no componente educativo, para, mais à frente, discutirmos outros conceitos de IA, facilitando seu entendimento e potencial.

Uma das pesquisas empíricas que abrangeu os elementos teóricos que estão sendo discutidos neste artigo foi a de Rhormens *et al.* (2017), na ilha de Boipeba-BA. Assim como o PARNAMAR dos Abrolhos, a UC em questão era uma UC marinha; nesse estudo, fica claro que a IA é possível de ser aplicada como EA crítica através da emancipação financeira da população local em atividades de ecoturismo.

Além disso, é por meio do PI que a IA ganha forma: para sua elaboração, precisa-se esclarecer o modo como a UC deve se aproximar dos seus visitantes, tendo em vista as suas características. Como objetivo, deve-se ter também a comunicação de temas, histórias e conceitos específicos, que sejam capazes de transmitir a essência do seu significado e provocar o visitante. Ainda, segundo Gonçalves (2012, p. 17), deve ser claramente definido o modo de interpretação das características de um local para produzir experiências ricas e memoráveis para os visitantes.

No Brasil, a IA vem se materializando através dos Planos Interpretativos (PIs) em UCs, o que, para o ICMBio, serve para orientar

o desenvolvimento de meios e serviços de interpretação ambiental e que considera a missão da instituição, os objetivos de criação da unidade de conservação, os significados e características dos recursos protegidos e os interesses dos diferentes públicos (ICMBIO, 2018a, p. 45).

Como resultado, três PIs foram elaborados para UCs federais distintas nos últimos anos, no Brasil. Dentre eles, destaca-se o PI do PARNAMAR dos Abrolhos (ICMBIO, 2018b), pois ele teve como um dos seus diferenciais seu processo de realização. Afinal, ele foi realizado exclusivamente por uma equipe do ICMBio, contando com a participação da comunidade local, representada por atores dos três setores da sociedade civil. Isso pode ser considerado um marco histórico para o cenário interpretativo em UCs Federais por esses motivos.

No entanto, o foco do presente trabalho é recorrer a pesquisas que trazem discussões teóricas, de diversos autores, sobre IA, ecoturismo e EA. Entretanto, o componente da participação social nos processos foi determinante nas escolhas dos trabalhos pesquisados. Neste caso, considerando que a IA vem se materializando no Brasil por meio dos PIs

elaborados pelo ICMBio, entendemos que, se houve participação de atores locais nos processos de elaboração dos PIs, suas vozes precisariam ser ouvidas e grafadas na versão final dos PIs. Então, o desafio aqui é discutir conceitos para definição de critérios que permitirão maior clareza dos pressupostos teóricos de análise dos PIs. Isso considerando a participação da comunidade na elaboração de tais documentos como algo fundamental, pois essa participação, se não for *ad referendum*, pode propiciar à população local o empoderamento e a conscientização nestes processos.

Dito isso, o objetivo geral deste artigo é investigar a importância da IA, enquanto um instrumento da EA crítica, no ecoturismo em UCs, destacando o papel da elaboração de PIs. Isso tendo em vista o papel transformador que tais atividades podem ter, especialmente na população do entorno das UCs, na nossa busca por uma sociedade mais sustentável. Para alcançar esse desafio, será necessário clarificar as noções de ecoturismo, de EA e de IA; entender o que é um PI e qual seu papel e importância para a IA; além de discutir a relação entre a IA e a EA na elaboração de PIs, e como tudo isso pode ser utilizado proficuamente em atividades de ecoturismo em UCs.

Por consequência, este artigo está dividido em sete seções: introdução; clarificando noções de ecoturismo; clarificando noções de EA; clarificando noções de IA e criando dimensões; relação entre IA e EA crítica na elaboração de PIs em UC; discussão; e considerações finais. Vale ressaltar que os resultados deste trabalho não estão restritos à seção de discussão, mas espalhados em todas as sete seções; para facilitar a leitura, cada uma delas termina com uma síntese do que ali foi tratado. Destaca-se, ainda, que este artigo é fruto de um estudo de mestrado em andamento no PRODEMA/RN.

A realização desta pesquisa teórico-bibliográfica envolveu uma análise de conceitos chave de ecoturismo, Educação Ambiental e interpretação ambiental. Segundo Gil (2002, p. 44), esse tipo de pesquisa, que se propõe a analisar diversas posições acerca de um problema, costuma ser desenvolvida quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas. A abordagem aqui desenvolvida é qualitativa, levemente inspirada pela análise do discurso. Foram, por isso, definidas duas categorias distintas que refletem duas dimensões da EA, as quais dividem as principais correntes e práticas da EA propostas pelos vários autores analisados. De forma geral, as abordagens das duas categorias partem de uma concepção mais ligada aos aspectos naturais, chegando a uma concepção relacionada a uma visão mais integrada/sistêmica do meio ambiente, incluindo questões sociais, culturais, históricas, políticas, entre outras (SILVA, 2007, p. 02). As duas categorias definidas são:

- EA crítica: revolucionária, transformadora e construtora de novos valores sociais;
- EA conservadora: englobando as vertentes da EA que não estão compromissadas com mudanças estruturais da sociedade.

Clarificando Noções de Ecoturismo

Nesta seção, haverá uma breve apresentação das definições sobre o ecoturismo, com a finalidade de deixar claro suas principais características. Na primeira parte, serão abordadas agências e, na segunda, alguns autores relevantes. Ao final, buscaremos apontar a importância que as atividades de IA e a EA têm para o ecoturismo, evidenciando o papel que essa atividade possui para a sensibilização de turistas e dos demais envolvidos, bem como para a construção de uma sociedade com valores pautados na sustentabilidade socioambiental.

Contextualizando, foi na década de 90, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO 92, no Rio de Janeiro-RJ –, que o ecoturismo ganhou notoriedade; desde então, o termo se difundiu; todavia, os caminhos insustentáveis do setor são uma realidade. Segundo Pires (1998), um dos motivos disso é que o conceito varia de acordo com o tipo de ator que a está usando: trade turístico, poder público, ONGs, populações residentes, meio acadêmico e turistas. Nesse sentido, a complexidade das diversas definições do termo ecoturismo, de acordo com o interesse de cada um dos envolvidos, é um problema. O maior desafio, segundo Pires (1998), é nivelar e padronizar a linguagem, para que possa proporcionar um entendimento quanto o significado e conteúdo. Consequentemente, contribuindo com políticas públicas e estratégias de desenvolvimento da atividade, que possam evoluir em conjunto com as tomadas de decisão. Neiman e Mendonça (2000, p. 108) sugerem a criação de uma rede com identidade própria – formada por ONGs, agências, grupos de estudos e interessados – para que se discuta sobre o ecoturismo, com o intuito de diminuir sua fragilidade.

No Brasil, o ecoturismo surge a partir do movimento ambientalista; para o MMA, ele é

um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (BRASIL, 1994, p. 19).

De forma muito parecida, o Ministério de Turismo do Brasil (Mtur) também enfatiza a questão da IA, mas aponta para o seu caráter educativo, além dos pilares sustentáveis da atividade, da sua preocupação com a preservação dos recursos naturais e da participação das populações tradicionais locais (BRASIL, 2010, p. 17). Assim, confirma que a IA faz parte da própria conceituação de ecoturismo, sendo, portanto, inseparável deste.

Incorporar o componente interpretativo no ecoturismo também é comum à TIES¹⁰ (2021): para a instituição, o tripé “conservação, comunidades e interpretação” é fundamental para a atividade. Para a TIES, o ecoturismo consiste em viagens responsáveis para áreas naturais que preservam o meio ambiente, promovem o bem-estar da população local e envolvem IA e EA. Na IA, o foco é no enriquecimento de experiências pessoais e de conscientização ambiental, objetivando promover uma maior compreensão e valorização da natureza, da sociedade local e da cultura.

Nesse sentido, o papel e o objetivo do ecoturismo são entendidos de forma muito parecida por alguns autores. Para Wearing e Neil (1999, p. 07), o ecoturismo abarca quatro elementos fundamentais: noção de viagem de um local para outro; foco em AP; viagens com experiências no ambiente natural das áreas visitadas; estímulo à conservação ambiental (consciência cultural e ambiental, e apoio às populações locais); e o papel educativo. Pires (1998) complementa essa visão destacando a ênfase na história natural e nas culturas autóctones dos destinos; a preocupação com os impactos socioambientais da atividade e com a sustentabilidade dos recursos utilizados; o lazer e o conhecimento sobre os ambientes visitados. Fennel (2014) agrega a ideia da importância da questão ética na atividade, por meio do “planejamento ético” (p.17).

Em consonância, Neiman e Mendonça (2000, p. 110) propõem que haja maior proximidade entre a teoria e a prática no ecoturismo, sendo necessário criar um fluxo permanente entre as ideias e as ações para promover o desenvolvimento construtivo da atividade no Brasil. Para eles, o ecoturismo sendo trabalhado na ótica da afetividade e do amor, teria capacidade de transformar valores e atitudes das pessoas.

Diante dos entendimentos apresentados, entendemos que o ecoturismo é uma atividade que acontece em áreas naturais, em APs e áreas conservadas, almejando promover a conservação ambiental; trazer benefícios socioambientais locais; além de sensibilizar e estimular a conscientização das pessoas por meio da EA, mais especificamente através da Interpretação Ambiental. Ademais, essa atividade envolve a questão ética e, se trabalhado com afetividade, é um agente transformador.

É possível perceber a preocupação das agências e dos autores no fator humano e social da atividade do ecoturismo. Isto é, o cuidado com os impactos socioambientais, a relevância com o bem-estar das comunidades, a geração de renda local e os benefícios sociais são elementos essencialmente presentes nas definições. Mais além, a importância do seu papel de sensibilização e educação, sendo a atividade de IA um importante instrumento de Educação Ambiental a ser utilizada na prática da atividade, especialmente

¹⁰ *The International Ecotourism Society (TIES)*: organização sem fins lucrativos: Sociedade Internacional de Ecoturismo.

dentro de APs. Aqui, percebemos o lugar teórico onde as atividades de IA e da EA se encaixarão.

Corroborando com isso, Moraes (2017, p. 175) afirma que a inclusão do componente educativo no turismo de natureza o aproxima cada vez mais do ecoturismo, especialmente por induzir, no visitante, uma responsabilidade enquanto agente de mudança ao conectar-se com ecossistemas e adquirir conhecimentos. Então, se entendermos o ecoturismo a partir dessa perspectiva e de seu papel transformador – por meio de processos que envolvem a sensibilização das pessoas, o envolvimento e o fortalecimento das comunidades locais, a atividade se torna parte importante das estratégias que visam causar um impacto socioambiental positivo.

Clarificando Noções de Educação Ambiental

Nesta parte do trabalho, vamos discutir sobre a EA, além de definir e separar melhor as categorias anteriormente mencionadas, as quais refletem diferentes visões sobre o tema. Também apresentaremos as contribuições que a EA crítica, a categoria que mais nos interessa aqui, tem para promover processos socioculturais transformadores.

Sobre as origens da EA, esta surge em meados do século XX, no contexto de emergência de uma crise ambiental, e no meio do debate político e cultural sobre o meio ambiente. Ela “estruturou-se como fruto de uma demanda para que o ser humano adotasse uma visão de mundo e uma prática social capazes de minimizar os impactos ambientais então prevaletentes” (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p. 5). Para além, a EA “*está intimamente associada à formação de valores e atitudes sensíveis à diversidade, à complexidade do mundo da vida e, sobretudo, a um sentimento de solidariedade diante dos outros e da natureza*” (CARVALHO, 1998, p. 23).

Em adição, Carvalho (1998, p. 23) indica que a EA se posicionou contrária à educação “tradicional”, disciplinar, na qual os conteúdos são fragmentados e não se conectam com a vida das pessoas. Freire (1997, p. 62) denominava essa educação tradicional e disciplinar de “educação bancária”, porque ela se configura através de um professor que sabe e “deposita” (transmite) conteúdos na cabeça de um aluno que não sabe. Este acumula informações sem nem as conectar umas com as outras e, muito menos, com sua própria existência, experiência e a vida de sua comunidade.

Em continuidade, como já mencionado na introdução, diversas correntes da EA têm sido identificadas. Por um lado, a vertente conservadora dá ênfase na proteção ao mundo natural. “*São apresentados os problemas ambientais mais aparentes, desprezando-se as causas mais profundas. Ocorre uma relação dicotômica entre o ser humano e o ambiente, onde o primeiro é apresentado como destruído*” (SILVA, 2007, p. 2); além disso, questões sociais e políticas não são abordadas.

Não muito distante, a vertente pragmática está bem conectada com as correntes de Educação para o Desenvolvimento Sustentável e para o Consumo Sustentável. Essa vertente apresenta foco na busca por soluções para os problemas ambientais e na proposição de normas a serem seguidas (SILVA, 2007, p. 3), enfatizando a mudança de comportamento individual, através da quantidade de informações e de normas que são ditadas por leis e por projetos governamentais. Há uma crença de que a tecnologia é capaz de resolver qualquer problema; assim, a busca é por soluções técnicas. É uma vertente alinhada e que *“decorre da hegemonia neoliberal instituída mundialmente desde a década de 1980”* (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p. 9). Ela representa um tipo de ajuste ao contexto neoliberal de diminuição do Estado a sua dimensão mínima (*Ibid*, p. 10). Ainda, segundo Layrargues e Lima (2011, p. 10), essa dimensão traz duas características: a ausência de reflexões que permitam a compreensão acurada das causas, consequências e especificidades dos problemas ambientais, o que resulta em uma percepção superficial e não politizada das relações sociais e de suas interações com o meio ambiente; e, a busca por soluções factíveis que tragam resultados direcionados para um futuro mais sustentável, mesmo que isso signifique o não enfrentamento do *status quo*, e não ultrapassando as fronteiras políticas e econômicas. Isto, segundo os autores, reduz bruscamente as possibilidades de enfrentamento político da crise.

As duas vertentes citadas serão generalizadas neste trabalho como conservadoras e constituirão uma única categoria de EA, que poderíamos dizer não-crítica. Conforme Layrargues e Lima (2011, p. 7), nelas predominam as práticas educativas que investem em ações individuais e comportamentais de forma a-histórica, apolítica, conteudista, instrumental e normativa; não cogitam ou vislumbram a possibilidade de superar o paradigma hegemônico, que aborda o ser humano de um modo genérico e abstrato, desconsiderando qualquer recorte social. Além disso, elas adotam uma perspectiva estritamente ecológica da crise e dos problemas ambientais, e perdem de vista as dimensões sociais, políticas e culturais. Logo, a EA conservadora tem um *“limitado potencial de se somar às forças que lutam pela transformação social, por estarem distanciadas das dinâmicas sociais e políticas e seus respectivos conflitos de interesses e de poder”* (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p. 8). Elas até apontam para mudanças culturais, mas que dificilmente serão concretizadas sem que também se transformem as bases econômicas e políticas da sociedade.

Por outro lado, a vertente da EA crítica inclui, ao debate ambiental, a compreensão político-ideológica dos mecanismos de reprodução social em que a relação entre o ser humano e a natureza é medida por relações socioculturais e de classes historicamente construídas (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p. 8). Ligadas a ela, estão adjetivos como: crítica, emancipatória, transformadora e popular. Sua proposta pedagógica é concebida por meio de uma *“consciência crítica do sujeito (individual e/ou coletivo) via processo continuado de sensibilização, construção de valores, descoberta e fortalecimento de*

habilidades, competências e capacidades” (COSTA-PINTO, 2019, p. 16). Dessa forma, seguindo orientações do filósofo Espinosa, o processo educativo se realiza na junção dos aspectos cognitivos e afetivos, que visam um “conhecimento crítico reflexivo gerador de alegrias” (Ibid, p. 17).

A EA crítica problematiza, portanto, os contextos societários em sua interface com a natureza. Ainda segundo Layrargues e Lima (2011, p. 11), “*são introduzidos no debate desses campos alguns conceitos-chave como os de Cidadania, Democracia, Participação, Emancipação, Conflito, Justiça Ambiental e Transformação Social*”. Para esses autores, a EA crítica tem força para ocupar um lugar central no campo da EA e pode, segundo Sorrentino *et al.* (2005, p. 285), configurar-se como uma das possibilidades estratégicas de enfrentamento da crise civilizatória sociocultural que atualmente enfrentamos.

Nesse contexto, na *live Educação Ambiental tem que ser Revolucionária* (CUMULUS TV, 2020), o professor diz que a urgência do momento que vivemos atualmente exige uma ação educadora ambientalista revolucionária, comprometida com mudanças culturais profundas. A humanidade precisa mudar seu comportamento, e isso só acontece com uma revolução cultural; uma revolução no modo de ser, no modo de estar, e nos valores humanos; uma transformação que exige processos educadores profundos.

Sendo assim, o primeiro papel da EA, nessa perspectiva de transformação cultural e de promoção de uma verdadeira revolução nas nossas sociedades é incentivar as pessoas a pensarem; a se questionarem; a desnaturalizarem coisas que parecem óbvias; e a se indignarem com aquilo que é contra a vida e que leva à extinção da nossa espécie. Para isso, é essencial que se estimule a compreensão dos nexos de causalidade, ou seja, devemos proporcionar estímulos para que as pessoas pensem; esses estímulos, por sua vez, precisam provocar entendimentos sobre relações entre causas e efeitos.

Contudo, o processo que envolve a EA em UCs está muito aquém de suas possibilidades. Um estudo sobre o Parque Municipal da Serra do Periperi (CARVALHO *et al.*, 2021), por exemplo, apontou para o grande distanciamento entre o conhecimento científico obtido sobre o Parque e os alunos de três escolas e de uma unidade de ensino superior no município de Vitória da Conquista - BA. Apesar de haver muitos estudos e materiais sobre diversos assuntos ligados à UC e do interesse, por parte dos alunos, em participar de algum projeto de proteção ao Parque, 30% dos entrevistados nunca ouviu falar da UC, enquanto 80% nunca sequer visitou o Parque. Os dados desse estudo apontam para o desafio que é sensibilizar a sociedade e a falta de proximidade da UC com a população local, a qual deveria utilizar estes espaços, dando-lhe um papel social, além de ecológico.

Quanto à concepção da EA crítica, ela tem como base o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*

(BRASIL, 2012). Construído em 1992, durante o Fórum Global paralelo à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio 92, o referido Tratado defende uma educação emancipadora, que contribua para os seres humanos perceberem e agirem como produtos e produtores do meio ambiente e da sociedade. Ele reconhece o papel central da educação na formação de valores e na ação social, através de processo educativo transformador, por meio do envolvimento de pessoas, comunidades e nações em busca de sociedades sustentáveis e equitativas. Também considera a EA um processo de aprendizagem permanente, com respeito a todas as formas de vida; afirma valores e ações para transformação humana e social, e para a preservação ecológica; estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas; e requer responsabilidade individual e coletiva em todos os níveis para isso.

Portanto, percebemos, nesta seção, as diferenças básicas entre as vertentes da EA, separando-as em três tipos: EA conservadora, limitada por, entre outras coisas, adotar uma perspectiva estritamente ecológica, sendo incapaz de superar o paradigma hegemônico; EA pragmática, limitada por não promover consciência crítica de causas e efeitos e por focar na busca por soluções factíveis imediatistas, mantendo o atendimento às políticas de mercado e aos interesses do capital e adotando uma abordagem tecnicista; e a EA crítica, que trabalha as realidades numa perspectiva holística e sistêmica, comprometida com mudanças culturais profundas. Nessa categorização, entendemos que a EA crítica é o tipo de EA capaz de ser libertária, revolucionária e com caráter de transformação social, visando a transição paradigmática; isto é, apta para lidar com os problemas socioambientais complexos contemporâneos. Ainda, essa distinção entre EA crítica e EA conservadora envolve a ideia de participação; ao comparar as abordagens, o critério da participação popular parece estar presente naquela mais promissora, a EA crítica. Esses aspectos nos levam a acreditar que ela é a única abordagem capaz de lidar com os problemas apontados nos questionamentos deste trabalho.

Clarificando noções de IA e criando dimensões

Diante da necessidade de fortalecer estratégias que auxiliem processos de enfrentamento da crise planetária, a ideia, nesta seção, é entender de que forma a IA pretende dar valor às experiências. Ademais, será discutido se ela está preparada para fazer mudanças na forma das pessoas enxergarem a realidade envolvente, de educar, de fazer refletir sobre diversos aspectos da vida e do planeta, e de levar a adoção de novos pensamentos, posicionamentos e comportamentos. A proposta aqui é apresentar o conceito, entendimentos, potencialidades e limitações da Interpretação Ambiental.

Tal entendimento nos ajudará a ter uma noção mais clara sobre os pilares fundamentais que autores e agências envolvidos na temática

sustentam, dando base para entender as potencialidades e desafios da atividade em ação conjunta com o ecoturismo. Trataremos as ideias de Tilden, as definições de outros autores, mas também de agências internacionais e órgãos nacionais. Além disso, serão utilizadas as categorias de EA, definidas na seção anterior, para interpretar os entendimentos da atividade a partir das definições de IA que trouxemos. Isto é, de um lado, a vertente da EA conservadora, unindo as vertentes da EA conservadora e pragmática, considerando que *“a vertente pragmática representa uma derivação da vertente conservadora, na medida em que é sua adaptação ao novo contexto social, econômico e tecnológico, ainda sem considerar a articulação com a questão da desigualdade social”* (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p. 11); do outro lado, a EA crítica.

O conceito de “interpretação”, em geral, e, particularmente a IA, refere-se, de um modo geral, a um componente essencial das experiências do visitante nas atrações turísticas. Ele tem sido elemento central de parques nacionais, museus, sítios arqueológicos, galerias de arte, casas históricas, entre outros. *“É importante notar que a interpretação é às vezes também chamada de educação ou animação para visitantes”* (MOSCARDO; BALLANTYNE, 2009, p. 238). Na maioria desses locais, o visitante é exposto a um tipo de atividade educativa que pode ser mais proveitoso, até mesmo, que a sala de aula. Afinal, em campo, é possível se deparar fisicamente com o próprio fenômeno (TILDEN, 2007, p. 37). Grande parte das atividades e dos serviços oferecidos em atrações turísticas, como centros de visitantes, palestras e apresentações audiovisuais, placas informativas, visitas guiadas, caminhadas, e livros-guia são formulários de interpretação (MOSCARDO; BALLANTYNE, 2009, p. 238).

Apesar da IA ser um campo ainda em aberto, recente e sem limitações, para Tilden (2007, p. 47) *“estamos claramente engajados numa nova forma de educação em grupo, baseada num tipo sistemático de preservação e uso dos recursos culturais nacionais”*. O autor apresenta princípios relevantes para a atividade, dentre eles: sentidos humanos, informações, artes e ciência, provocação, visão ampla das coisas e ser acessível. Ainda segundo o autor (TILDEN, 2007), a diferença entre informação e interpretação, ou seja, o que faz com que as informações sejam interpretativas, *“é a revelação de uma verdade maior que está por trás de qualquer declaração de fatos”* e *“deve tirar proveito da curiosidade para o enriquecimento da mente e espírito humanos”* (TILDEN, 2007, p. 29). Dessa forma, para ele, a IA possui um propósito mais amplo, de revelação; de estimular o interesse, por parte do visitante, em ampliar o horizonte de possibilidades, de questionamentos e de conhecimentos.

Segundo os princípios da IA na ótica de Tilden, ela quer provocar as pessoas para que elas explorem, de forma profunda, o que está sendo interpretado, com base em informações científicas e históricas. Isso permitiria que elas se aproximem do que a atividade propõe revelar, como as questões

mais importantes de um determinado contexto. Essa visão nos permite entender que a IA também pode ter um caráter mais amplo, no sentido de fazer ligações entre o que se pode visualizar dentro das AP e relacioná-las com acontecimentos históricos externos ao Parque, por exemplo, interpretando e fazendo conexões que vão além do óbvio. Ainda, é importante notar que nesta lista de Tilden há um agente intencional (educador) por trás da IA, e esse agente se esforça para vincular certa experiência formativa (educativa), associada à visita, à experiência dos visitantes (ecoturistas). Apesar de ser um conceito antigo, é muito claro o componente educativo no entendimento de Tilden. Logo, é possível entendê-la como conectada à EA crítica.

Após o entendimento das ideias de Tilden, vamos tratar de duas grandes influenciadoras da IA no mundo: o Serviço de Parques Norte Americano (NPS¹¹) e a Agência Nacional de Interpretação (NAI¹²). Perceberemos que, diferentemente do proposto por Tilden (2007), as agências não enfocam tanto nos aspectos educativos da IA.

Em relação ao NPS, sua intenção com a IA é apoiar diretamente a missão de preservação; para a instituição, a IA é uma ponte entre os significados dos recursos e os interesses dos visitantes. Ela conecta artefatos tangíveis, coleções ou recursos naturais de um local – como uma montanha – ao intangível, ou seja, os conceitos que eles podem representar incluindo ideias, valores, crenças, sentimentos e relacionamentos – como democracia, liberdade, saúde etc. (NATIONAL PARK SERVICE, 2007, p. 6). Por sua vez, a NAI aponta para a questão das experiências, a qual pode ser bem válida para problemáticas ligadas ao turismo (NAI, 2021). Ela passa também uma ideia de que todo o trabalho da interpretação deve assumir um compromisso maior com o mundo que está à nossa volta. Assim, em seu *website*, a NAI propõe que a IA é uma abordagem proposital de comunicação que facilita experiências significativas, relevantes e inclusivas; que aprofundam a compreensão, ampliam as perspectivas e inspiram um compromisso com o mundo a nossa volta (NAI, 2021).

Dessa forma as definições de IA, tanto da NPS quanto da NAI, comportam a ideia de que a IA facilita as conexões entre os interesses dos visitantes e os significados dos objetos ou recursos naturais de um local. Apesar da visão da NPS não ser, aparentemente, apoiada em aspectos educativos, ela também se direciona a trabalhar correlações entre os recursos internos do parque com os aspectos externos, como política. A NAI, por exemplo, valoriza a biodiversidade e a diversidade cultural, e está preocupada em conectar as pessoas com seu patrimônio cultural e natural; em promover o desenvolvimento de lideranças e oportunidades; além de acreditar que a IA tem compromisso com o mundo ao redor. Contudo, fica a dúvida se essas

¹¹ O Serviço Nacional de Parques (National Park Service - NPS) é uma agência do Governo Federal dos Estados Unidos.

¹² A National Association for Interpretation (NAI) é uma organização sem fins lucrativos do Colorado – EUA. Atualmente, atende a cerca de 5.000 membros no mundo todo.

perspectivas são adequadas como instrumento para ajudar a lidar com os desafios das comunidades locais e das populações tradicionais ao redor das UCs e no seu interior, no caso das UCs de uso sustentável.

Será que a IA estaria apta para sensibilizar os visitantes de forma mais profunda? Isto é, apesar das agências enxergarem a IA como um elemento fundamental para a visitação em APs, como torná-la uma ferramenta de real transformação no mundo em que vivemos? Como podemos utilizar a IA através do ecoturismo para almejar essa mudança? As definições da NAI e da NPS não parecem apontar para um direcionamento de real transformação no mundo e, por isso, as classificamos no campo da educação conservadora.

Estudioso das técnicas de implementação da IA, Ham (1993) apresenta a importância dos aspectos comunicativos da IA, demonstrando que ela é um processo e que consiste em vários estágios. É também um tipo de comunicação estratégica, porque persegue alguns propósitos muito concretos: por um lado, como obter maior valorização e prazer dos visitantes; por outro, a preservação do patrimônio graças às atitudes desses mesmos visitantes. Sobre isso, vale atentar que transmitir informação não tem o mesmo potencial que construir informação. O autor Ham (2007), pesquisando se a IA pode fazer diferença ao aumentar o conhecimento dos visitantes sobre algo, influenciando suas atitudes, entende que algumas coisas influenciam; por exemplo, estimulá-los a pensar muito ou pouco. Entretanto, o mais importante é que os resultados mostraram que os impactos atitudinais e comportamentais de curto prazo dos visitantes são possíveis de qualquer maneira. Já os impactos duradouros não são tão óbvios assim.

Ham (2007) tem uma contribuição importante para a IA, pois, na interpretação, as pessoas não são obrigadas a estarem ali; elas precisam ser atraídas, e as estratégias da IA são focadas neste aspecto. Contudo, apesar de incorporar elementos comunicativos capazes de prender a atenção das pessoas, através de uma forma eficaz de comunicação e que estimula mudanças de comportamentos e atitudes dos visitantes, a visão de Ham é considerada como conservadora. Sua essência não chega a se preocupar em trabalhar mudanças de paradigmas e processos educativos profundos, mas mudanças de comportamentos e atitudes mais pontuais.

No Brasil, a IA vem marcando presença nas discussões em UCs na última década, especialmente após a aproximação do ICMBio com o Serviço Florestal dos Estados Unidos (ICMBIO, 2018a). Contudo, apesar de o SNUC trazer, como um dos seus objetivos, condicionar e promover a EA, a IA e a recreação em contato com o meio natural e o turismo ecológico (BRASIL, 2000, p. 10), não há definição clara do que seriam as diferenças entre essas ações.

Assim, a concepção de IA adotada¹³ pelo ICMBio é a de que a IA “*é um conjunto de estratégias de comunicação destinadas a revelar os significados dos recursos ambientais, históricos e culturais, a fim de provocar conexões pessoais entre o público e o patrimônio protegido*” (ICMBio, 2018a, p. 16). Para o ICMBio, ainda que parte dos princípios que orientam o desenvolvimento das ações de EA relacionadas às UCs seja parte dos princípios que orientam as atividades de IA – como a transdisciplinaridade, a ética, o diálogo, a interatividade, o pertencimento e a valorização cultural e do conhecimento tradicional –, algo que difere a IA da EA é que a última é um processo continuado e de maior complexidade. Este visa promover a participação social nos processos de gestão das UCs e tem um caráter político, com princípios, como a justiça ambiental, o pensamento crítico e a emancipação (ICMBIO, 2018a, p. 16 e 18).

Por outro lado, a IA tem o objetivo de sensibilizar os visitantes por meio de conexões entre as pessoas e o recurso protegido na UC. Portanto, para o ICMBio, a IA e a EA têm um papel distinto, porém complementar na proteção e conservação do patrimônio protegido nas UCs (16). Fica claro, então, que a concepção de IA adotada pelo ICMBio, claramente não se enquadra dentro do contexto da EA crítica. Aliás, tampouco se enquadra no contexto da própria EA, pois há nítida intenção de separação das estratégias.

Sob a ótica da perspectiva crítica, Ximenes (2015) entendeu que a IA pode ser trabalhada de maneira ampla. Para a autora (XIMENES, 2015, p. 84), “*a interpretação ambiental é considerada uma ferramenta educativa muito importante em relação ao uso público das UCs e, sendo assim, discutir a visita de forma ampla é essencial*”. Ainda segundo ela, a avaliação crítica de um projeto de IA deve ser compreendida enquanto um processo complexo e heterogêneo. Este necessita de variados instrumentos avaliativos centrados em objetivos, em tomada de decisão e em participação, além de incluir aspectos objetivos e subjetivos, e instrumentos qualitativos e quantitativos adequados à realidade e a contextos específicos.

Ximenes (2015, p. 84), inclusive, propôs que essas iniciativas podem se constituir em experiências potencializadoras e capazes de estimular o engajamento e a intervenção na realidade. A IA foi analisada por ela como um instrumento no âmbito das práticas de EA, desenvolvidas junto às UCs, sob a ótica da perspectiva crítica. Portanto, ela pode ser trabalhada de maneira ampla, considerando todo o processo de comunicação e aproximação entre a UC e a sociedade, como um ato educativo dialógico, participativo; um processo coletivo comprometido com a problematização e a intervenção na realidade.

Ainda sob um viés mais educativo, Moraes (2017, p. 169) afirma que a IA “*é a forma de educar mais adequada ao contexto de visita de objetivos*

¹³ Este conceito foi definido durante a Oficina da Equipe Técnica Ampliada de IA, realizada no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em junho de 2017. (citador por ICMBIO, 2018a).

não formais e para os destinatários que encontramos nas áreas protegidas". A perspectiva de Moraes (2017) também fortalece os objetivos aqui, pois é uma visão que estimula a expansão da IA ao aproximá-la da EA, propondo induzir ao visitante uma responsabilidade enquanto agente de mudança ao conectar-se com ecossistemas e adquirir conhecimentos. Por isso, essa perspectiva também pertence à EA crítica.

Para finalizar esta seção, diante do que vimos até aqui e considerando as limitações do estudo, entendemos que a atividade de IA tem distintas possibilidades de alcance. Conseguimos ligar os conceitos das agências e dos autores no que caracterizamos como EA conservadora e EA crítica, com o intuito de separar visões de IA que nos aproximam ou nos afastam de uma transformação de mundo e mentalidade que a crise ambiental indica ser necessária. Essa transformação não se faz meramente através de passagem de informação, mas exige o estímulo ao pensamento crítico, à mudança de hábitos e valores que levem as pessoas a enxergar diferentemente o que está sendo visto; ou seja, percebemos que a IA, sozinha, não vai mudar o mundo. Apesar de não ser vista e trabalhada por todos assim, alguns conceitos estão mais próximos de estratégias educativas; outros nem tanto.

Relação entre IA e EA crítica na elaboração de PIs em UCs

Nesta seção, fortaleceremos alguns aspectos contributivos da EA crítica para os PIs em UCs; para efeito de maior esclarecimento, o PI é um documento estratégico para o ICMBIO que visa, além de identificar os públicos prioritários e de informar algo que seja de interesse da gestão, definir *"estratégias voltadas para o desenvolvimento de produtos e serviços com o propósito de provocar conexões através da revelação dos diferentes significados que um recurso pode ter"* (ICMBIO, 2018a, p. 44). Para tal, o PI define objetivos, ou seja, o que o público deve saber, sentir, acreditar e fazer, além de estabelecer temas prioritários, públicos-alvo e meios de abordagem (*Ibid*, p.44). Por isso, o PI é um documento considerado estratégico para o ICMBIO, com a finalidade de planejamento da IA considerando a missão de cada UC. Ele *"define objetivos, organiza os tópicos mais relevantes para a respectiva unidade de conservação ou centro especializado e apresenta seus temas interpretativos, assim como os meios que devem ser utilizados para cada público"* (*Ibid*, p.43).

Fortalecendo a ideia de que o momento em que vivemos exige urgência para uma ação educadora revolucionária e comprometida com mudanças culturais profundas – como dito por Sorrentino (CUMULUS TV, 2020) –, e ao entendermos as UCs como espaços potencialmente educadores, cabe a reflexão sobre os métodos e atores utilizados para estabelecer esse processo. Campelo Junior *et al.* (2020, p. 101) defendem os fundamentos da EA crítica nos parques, devido ao seu caráter emancipatório, via ato político, em que se estimula a consciência crítica dos sujeitos em aprendizagem. Para

eles, esses territórios podem ser espaços educativos sustentáveis, por meio de adoção de gestão democrática e participativa e de aprendizagem colaborativa.

Contudo, num contexto geral, ainda há uma longa distância entre a realidade atual e o que se propõe neste trabalho. Por exemplo, Moraes (2017, p. 171) apontou a falta de um trabalho de especialistas em IA em centros interpretativos em Portugal. Muitas vezes se privilegiam os resultados do ponto de vista arquitetônico, tecnológico, mas não se protegem os objetivos de atração do público e, em especial, de obtenção de um resultado educativo final. Nesse estudo, Moraes percebeu que, em Portugal, há certa dificuldade em notar a aplicação da educação em contextos de visita. Para ele, existe um vazio legal na obrigatoriedade de uma qualificação específica nas áreas de EA para os guias de turismo de natureza, notando a ausência de formação nesta área. Esse contexto nos permite crer que há barreiras para a formação adequada de guias, no intuito de sensibilizar os visitantes. Assim, o autor concluiu que existem muitas lacunas na educação de visitantes nas APs em Portugal, incorporando pouca reflexão teórica e reduzido o interesse político e técnico. Ele sugere, então, um novo modelo de ação nas APs, no qual o componente educativo se sobressaia, e que integre princípios teóricos de conceitos como ecoturismo, turismo de natureza, EA e IA, mudando assim a realidade da AP e a percepção da população.

Nesses territórios, para se desenvolver “bons atrativos”, segundo Murta *et al.* (2002, p. 45), é preciso que sejam em torno de um conceito construído a partir da interpretação das histórias, lendas e segredos do lugar. Segundo os autores, um PI deve buscar responder a duas perguntas essenciais ao desenvolvimento de uma atração: qual o sentido do lugar e de suas práticas culturais? Como transmiti-lo aos visitantes? Para eles, as respostas estão, em grande parte, com a comunidade, que precisa ser estimulada a buscá-las na memória coletiva, em sua história oral e documentada. Assim, uma tarefa obrigatória conjunta para os órgãos públicos é envolver os moradores, desde o início, no levantamento do inventário cultural e turístico de suas localidades, proporcionando-lhes um canal de expressão para os vários sentidos que atribuem ao seu patrimônio. É assim que a IA vai exercer seu papel social e potencial de sensibilização das pessoas. Para Murta *et al.* (2002, p. 19), os PIs com a participação da comunidade vêm se tornando uma praxe pela necessidade do planejamento municipal de proteger e desenvolver um sentido de lugar, de transmitir seus valores, sua ecologia e sua história às novas gerações.

Algumas experiências, inclusive, já demonstram a potência das estratégias de IA realizadas de forma participativa, no intuito de promover a aproximação e a inclusão das comunidades do entorno, em busca de uma gestão territorial mais democrática, como preconiza a EA crítica e seus documentos oficiais. Logo, esse é mais um argumento que demonstra a importância de entendermos a IA como uma ferramenta da Educação Ambiental. Um estudo sobre o Centro de Visitantes Strahan, na Tasmânia,

identificou que essas estratégias precisam ser elaboradas para que os centros de visitantes sejam construídos a partir de uma visão regional, ou seja, a partir das comunidades locais, pois as características são únicas em cada lugar (FALLON; KRIWOKEN, 2003). Sem essas estratégias há um risco muito grande dessa função se concentrar em uma agência governamental ou em um interesse específico de uma operadora, em vez das necessidades de todas as partes interessadas.

Nesse viés de maior envolvimento comunitário e de processos inclusivos em territórios adjacentes às APs, parte do esforço para se alcançar resultados eficazes, segundo Delgado-Mendez *et al.* (2018, p. 42), está na importância das atividades de IA, tendo-se a EA como instrumento político capaz de angariar os empenhos da sociedade para a proteção desses ambientes. Segundo os autores, enquanto a EA é definida como um processo, a IA é apresentada como instrumento de gestão da visita em UCs, apoiando sempre as ações de conscientização presentes nas atividades educativas. É desta maneira que vamos entender a diferença e a complementariedade das atividades: a EA demanda tempo e continuidade das ações, enquanto as visitas em UCs são curtas e esporádicas. Por isso, a IA, como ferramenta da EA e de gestão, representa uma possibilidade para sensibilizar os visitantes, no intuito de aproximá-los desse meio e torná-los mais sensíveis às questões socioambientais relevantes para a conservação e para a qualidade de vida humana (*Ibid*, p. 42).

Para Delgado e Pazos (2013, p. 303), a IA tem um papel determinante na gestão das APs, pois “*colabora com a promoção e democratização do patrimônio junto às comunidades e representa um importante instrumento de desenvolvimento local*”. Além disso, a contribuição desses conceitos na elaboração participativa de Pls pode ajudar na gestão de territórios compostos por UCs. Nesse contexto, a visão de Dallabrida (2007, p. 06) pode indicar uma direção. Ele entendeu que, para haver um acordo no intuito de harmonizar os interesses sociais, é necessária a assunção da prática de gestão territorial de forma descentralizada, implicando uma relação horizontal entre os atores, o que pode ser realizado através das oficinas para elaboração de Pls.

Ao serem utilizados métodos participativos inclusivos e o diálogo, propicia-se a criação de disposições democráticas que estimulam a emergência de novos hábitos de participação, como apresentado no livro “Educação ‘bancária’ e educação libertadora”, de Freire (1997). Isto é, se estivesse apontada para esse sentido, e com esses princípios, a IA auxiliaria nos procedimentos de construção de uma globalização de baixo para cima, colocada por Milton Santos (ENCONTRO, 2006) como fundamental na construção de uma nova configuração social planetária. Dessa forma, sustentados numa ideologia de transformação e balizados na EA crítica, os Pls poderiam gerar resultados socioambientais significativos, estimulando, para além da mudança de comportamentos e atitudes pontuais, uma mudança

cultural das pessoas que têm contato com as atividades de IA no ecoturismo em UCs.

No intuito de dar voz e voto aos moradores locais e demais atores em todos os passos de um projeto, o DRP (Diagnóstico Rural Participativo) é uma estratégia participativa que pode ser indicada como referência. Ele é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite às comunidades fazerem o seu próprio diagnóstico e, a partir daí, começarem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento, em vez de serem confrontados com uma lista de perguntas previamente formuladas. Isto é, *“por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria de qualidade de vida da sociedade”* (VERDEJO, 2010, p. 03). Pretende-se, nesse sentido, que os atores locais iniciem um processo de autorreflexão sobre os seus próprios problemas e as possibilidades para solucioná-los. *“Além do objetivo de impulsionar a autoanálise e a autodeterminação de grupos comunitários, o propósito do DRP é a obtenção direta de informação primária ou de “campo” na comunidade”* (VERDEJO, 2010, p. 13).

Temos observado que é essencial envolver a comunidade local no processo de elaboração dos Pls. Afinal, esse processo permite que haja mais engajamento da população nas causas e objetivos das UCs. Ainda há certo distanciamento dos atores locais e as instituições ambientais governamentais; logo, a IA, como um dos instrumentos da EA crítica, pode ser vista como uma ótima oportunidade para estreitar estes laços. Os órgãos públicos têm em mãos a possibilidade de abrir escuta para que a comunidade se expresse, criando espaço para um diálogo democrático. Essa oportunidade pode gerar sentimento de pertencimento da sociedade, fortalecendo seus vínculos com o local e tornando-os agentes multiplicadores da conservação cultural e ecológica. De que adianta o foco na sensibilização dos visitantes sem que haja engajamento da população local?

Nesse sentido, ao entendermos que a EA crítica considera a grave crise socioambiental planetária como resultado do modelo de civilização dominante, e que as mudanças dependem da compreensão coletiva da natureza sistêmica das crises que nos ameaçam, tornam-se fundamentais as ferramentas que promovam a consciência crítica nas pessoas, bem como a maior participação popular nas políticas públicas vigentes. Essa visão está de acordo com o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global* (BRASIL, 2012) e com os objetivos da EA: incentivar as pessoas a pensarem, a se questionarem, a desnaturalizar coisas que parecem óbvias e a se indignarem com aquilo que é contra a vida e que leva à extinção de nossa espécie (CUMULUS TV, 2020).

Diante disso, consideramos que a EA deve gerar, urgentemente, mudanças na qualidade de vida das pessoas e maior consciência de conduta pessoal e coletiva, como também harmonia entre os seres vivos, sejam eles humanos e não-humanos. É assim que o tratado em questão tornou-se

referência para a EA e propõe sociedades sustentáveis e equitativas com respeito a todas as formas de vida. Então, devemos nos balizar nisso para utilizar todos os mecanismos que tivermos ao nosso alcance em busca de transformações socioculturais profundas. Nesse sentido, os PIs para o ecoturismo em UCs são uma das formas potentes no contexto de áreas protegidas.

Nesse contexto, entendemos que a potencialidade da interpretação ambiental depende do seu vínculo com a Educação Ambiental crítica, tornando-se assim, uma ferramenta apropriada na elaboração e promoção dos planos interpretativos; isso tendo em vista estimular mudanças reais no mundo. É dessa forma que os aspectos teóricos trazidos neste trabalho nos guiarão, e é como a IA pode trazer resultados interessantes: no contexto do turismo, propiciando aprendizagens significativas aos visitantes e possibilitando que, ao saírem das UCs, eles possam fazer relações entre diferentes contextos de vida; e no contexto da comunidade local, desenvolvendo a IA através de PIs elaborados participativa e democraticamente, se constituindo como o instrumento transformador que a EA crítica exige. Por isso que, ao entender a IA como o início do processo da EA, e através de um processo contínuo de sensibilização, é possível concebê-la como uma atividade sensibilizadora e/ou conscientizadora, com potencial de transformação socioambiental.

Discussão

Parte do esforço aqui dedicado é para que a discussão seja incorporada de forma interdisciplinar, como o tema exige, pois tem uma perspectiva sistêmica no sentido de provocar mudanças estruturantes. Diante disso, ao tentar entender melhor as concepções sobre interpretação ambiental, Educação Ambiental e ecoturismo em Unidades de Conservação, os resultados deste artigo indicaram que os conceitos estão imersos numa ideologia de impactos socioambientais positivos; isto é, se preocupam com o legado socioambiental benéfico das atividades. Além do mais, as UCs são territórios que têm sido cada vez mais visitados e que possibilitam a prática dessas atividades; logo, elas devem ser vistas como uma frente para as mudanças e as transformações que precisamos.

Contudo, nem todos os entendimentos estão orientados para o mesmo lado. Enquanto a Educação Ambiental crítica está posicionada para enfrentar o *status quo* em busca da quebra de paradigmas, a interpretação ambiental é vista por alguns contendo certo componente educativo e de sensibilização das pessoas; porém, isso não é consenso, pois há quem a enxergue com papel acrítico e sem o caráter transformador de valores pessoais. Ademais, o ecoturismo, apesar de ser apropriado pelo discurso do mercado, tem potencial educativo e de sensibilização das pessoas, e de apoio às comunidades locais.

Para que o processo de IA contribua com o movimento de mudança no mundo, ela deve incitar as pessoas a fazerem críticas e a buscarem soluções

para os problemas enfrentados, as desigualdades sociais e as causas da devastação florestal, da perda de biodiversidade e afins. Todavia, uma das variáveis da atividade interpretativa que pode distanciá-la das práticas educativas e deste movimento é a intenção da atividade, ou seja, a possibilidade de ela provocar e reflexões sistêmicas.

Foi constatado que a IA, apesar de conter um foco educativo em sua origem, não comporta, necessariamente, um desejo de transformação paradigmática, como é o caso da EA crítica. Melhor dizendo, para que seja possível trazer a IA como ferramenta da EA crítica, ela precisa partir do entendimento da necessidade de uma transformação estruturante para mudar a relação dos seres humanos com a natureza. Além disso, para que a IA atue como um fator de transformação de valores sociais, o alcance dela precisa se sustentar por meio de um processo que envolva intimamente a Educação Ambiental crítica, no intuito de construir sociedades sustentáveis.

Portanto, é dessa forma que a IA se tornaria um instrumento da EA crítica, ou seja, para chegarmos à interpretação ambiental que buscamos, é preciso proporcionar um olhar crítico sobre as coisas mundanas e sobre a possibilidade de correlações entre aspectos internos das UC com fatores externos. Assim, seria possível que as próprias pessoas tirassem conclusões diante de temas complexos e conflituosos, bem como incluir efetivamente as comunidades locais no processo de elaboração de planos interpretativos. Isto é, se faz preciso dar voz às pessoas e aos grupos sociais em relação a aspectos que normalmente eles não têm participação ativa, como o patrimônio natural e cultural, traduzindo a linguagem científica para o público geral, mas também considerando o conhecimento popular e local. Um dos métodos para isso é utilizar o DRP como referência, adaptando-o para os PIs, mas mantendo seus princípios; a utilização de atividades-chave, como o ecoturismo, também é fundamental. Tudo isso nos leva a uma interpretação ambiental pronta para ajudar na crise socioambiental da atualidade, o que certamente ajuda a aumentar o entendimento da importância das áreas naturais protegidas. Consequentemente, aumenta também o nosso respeito à natureza, aos povos tradicionais e às diferentes culturas minoritárias e marginalizadas, as quais vêm sendo pressionadas e perseguidas ao longo da história.

No contexto nacional, as concepções do ICMBIO em relação a IA podem derivar de visões de órgãos estadunidenses, diante da proximidade institucional. No entanto, é preciso olhar para nossa história e lembrar que um dos graves problemas na política de implementação das UCs no Brasil foi a importação de um modelo e de soluções ambientais que não se enquadram com a realidade brasileira, como abordado por Diegues (2000). Sabe-se que um aspecto importante em relação a isso é ter um olhar atento para a importação de modelos externos, com outra realidade, como é apontado na crítica feita por Milton Santos (ENCONTRO, 2006) e Gonçalves (2006).

Afinal, neste ensaio teórico, ao definir critérios para analisar a elaboração do PI do PARNAMAR dos Abrolhos, entendemos a importância da

inclusão das comunidades do entorno nos processos. Isto é, somente por meio de metodologias participativas e dialógicas, é possível construir o sentimento de pertencimento e de empoderamento dos participantes do PI. Assim, esse se torna um tema gerador para sensibilização e educação, se aproximando dos princípios da EA crítica.

Considerações finais

Por si só, as principais concepções tratadas aqui, uma vez que são polissêmicas, podem gerar inúmeras outras discussões. Por isso, abordar ecoturismo, UCs, IA, EA e sociedades sustentáveis, de forma que dialoguem entre si e em busca de um mundo melhor, não é simples. Um dos principais elementos que orientou a escolha pelas melhores abordagens foi o espaço que as teorias têm para abraçar a participação popular. Assim, acredita-se que os objetivos do trabalho foram alcançados; além disso, surgiram novos problemas e estudos a serem realizados.

Por exemplo, algumas dúvidas ascenderam indicando a necessidade de um estudo específico no Brasil, para entender como os órgãos competentes evoluem neste processo. O ICMBio acredita que: “participar da elaboração de um plano interpretativo pode ser como um abrir de olhos” (ICMBIO, 2018a, p. 47). No entanto, saber como se dá essa participação na prática – se está de acordo com as mudanças que precisamos, ou seja, se estimula a construção de uma consciência crítica nas pessoas e maior participação popular – é essencial. Como explicitado no texto, este trabalho servirá como base teórica para o estudo sobre o PI do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, primeira UC brasileira que teve seu PI desenvolvido exclusivamente por uma equipe do ICMBio e com participação de atores locais, o que representa um marco na estruturação da IA institucional (ICMBIO, 2018b).

Portanto, esta investigação é de suma importância para a melhor compreensão do caso do PARNAMAR Abrolhos. Afinal, apesar do conflituoso histórico entre órgãos ambientais e comunidades locais na implementação e gestão de UCs, estudar resultados práticos de PIs, bem como a percepção dos atores locais, pode contribuir com melhorias metodológicas e de princípios para futuras elaborações de PIs, visando uma gestão territorial democrática e inclusiva. Isso pode contribuir para que as UCs sejam espaços de construção de sujeitos éticos e políticos, além de cumprirem o papel de proteger a biodiversidade e as culturas locais. Assim, estimulando ações e políticas públicas voltadas para a promoção de sociedades sustentáveis na elaboração de futuros PIs.

Nesse sentido, é preciso que nos questionemos sobre a importância de fortalecer processos e visões a partir de uma perspectiva de países periféricos como o Brasil, tanto da problemática ambiental como da possibilidade de solução. Em relação a isso, qual a contribuição das experiências brasileiras,

enquanto sul global, de implementação de IA a partir da construção de PIs para o mundo e para o universo do turismo?

Daí em diante, é possível pensarmos que participar de um PI no sul global é algo – experiência – que pode ser completamente distinto de outros locais; aí, o ecoturismo dessas localidades se tornaria uma atividade excêntrica e engajada em processos socioambientais transformadores. Nessa perspectiva, é importante que os países periféricos criem seu próprio jeito de enxergar a IA, partindo dos próprios problemas e desafios. Afinal, como consequência de serem ex-colônias, eles enfrentam problemas socioambientais e políticos de forma mais severa que países centrais. Desenvolver princípios que partam dessa perspectiva pode ajudar os países do eixo sul global, dotados de grande diversidade biológica e cultural, a desenvolver autonomia e a deter um modelo próprio de desenvolvimento como sociedade, baseado nas suas características culturais, naturais e potencialidades.

Referências

BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2010. 501p.

BERCHEZ, F.A.S. *et al.* Marine and coastal environmental education in the context of global climate changes – synthesis and subsidies for ReBentos (Coastal Benthic Habitats Monitoring Network). **Brazilian Journal of Oceanography**, São Paulo, v. 64, p. 137-156, 2016.

BRASIL, MICT. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Brasília: Ministério da Ind. Com. E Turismo, 1994. 49p.

BRASIL. **Lei Federal Nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília – DF: Casa Civil, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 07 jun. 2022.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 96p.

BRASIL. **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**, 2012. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

CAMPELO JUNIOR, M.V. *et al.* Unidades de conservação como espaços de diálogos para a Educação Ambiental crítica. **Revista Pantaneira**, v. 18, p.93-103, 2020.

Revbea, São Paulo, V. 17, Nº 4: 167-194, 2022.

CARVALHO, I.C.M. **Em direção ao mundo da vida: interdisciplinaridade e Educação Ambiental**. Brasília: Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), 1998. 37p.

CARVALHO, J.V.; ALVES, L.; SANTOS, A.K.A. Educação Ambiental e popularização do conhecimento: percepção de estudantes sobre uma Unidade de Conservação na Bahia. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 16, n. 5, p. 356-376, 2021.

COSTA-PINTO, A.B. Educação Ambiental, construção de sociedades sustentáveis e os afetos em Espinosa. In: ALONSO, C.P. *et al.* (ed.) **De Oriente a Ocidente: Estudos da Associação Internacional de Lusitanas**. Vol. 4 – Estudos da AIL no Brasil. 2019. p. 07-29.

CUMULUS TV. **Educação Ambiental tem que ser revolucionária**. Youtube, 21 jul. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9k2UmB4Y-WM&ab_channel=CUMULUSTV>. Acesso em: 07 ago. 2020.

DALLABRIDA, V.R. A gestão territorial através do diálogo e da participação. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 11, n. 245, 20p. 2007.

DELGADO, A.B.; PAZOS, A. S. Interpretação do patrimônio, turismo e gestão de áreas protegidas: algumas aproximações. **Turismo e Sociedade**, v. 6, n. 2, p. 300 - 323, 2013.

DELGADO-MENDEZ, J. M. *et al.* A Interpretação Ambiental Como Instrumento de Gestão de Unidades de Conservação. **Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação**, v. 6, n. 10, p. 42-54, 2018.

DIEGUES, A.C.S. **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2000, 290p.

ENCONTRO com Milton Santos: O mundo global visto do lado de cá. Direção de Silvio Tendler. Rio de Janeiro: Caliban Produções Cinematográficas, 2006. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW_mnM&ab_channel=crabastos>. Acesso em: 05 jun. 2020.

FALLON, L.D.; KRIWOKEN, L.K. Community involvement in tourism infrastructure – the case of the Strahan Visitor Centre, Tasmania. **Tourism Management**, v. 24, n. 3, p. 289 - 308, 2003.

FENNELL, D.; WEAVER, D. The ecotourism concept and tourism-conservation symbiosis. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 13, n. 4, p.373-390, 2005.

FENNELL, D. A. **Ecotourism**. 4ª ed. Nova Iorque: Routledge, 2014. 325p.

FREIRE, P. Educação “bancária” e educação libertadora. Introdução à psicologia escolar. In: PATTO, M.H.S. (org). **Introdução à Psicologia Escolar**. 3ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. p. 61-78.

GERHARDT, M; NODARI, E.S. Patrimônio ambiental, História e Biodiversidade. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 5, n. 3, p. 54-71, 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002, 175p.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14ª ed. São Paulo: Contexto, 2006. 148p.

GONÇALVES, F.J.B. 2012. 115f. Plano de Interpretação dos Caminhos de Santiago no Centro Histórico de Barcelos. **Dissertação** (Mestrado em Turismo, Inovação e Desenvolvimento) – Departamento de Ciências da Educação e do Patrimônio - Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Viana do Castelo, 2012.

HAM, S. **Can interpretation really make a difference?** Answers to four questions from cognitive and behavioral psychology. *In*: PROCEEDINGS, INTERPRETING WORLD HERITAGE CONFERENCE, 2007, p. 25 – 29.

HAM, S. **Environmental Interpretation**: A practical guide for people with big ideas and small budgets. Colorado: Fulcrum Publishing, 1993 486p.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Interpretação Ambiental nas Unidades de Conservação Federais**. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2018a. 94p.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Plano Interpretativo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos**. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2018b. 71p.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **UC federais registram mais de 15 milhões de visitas em 2019**. 2020. Disponível em: <<https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/11139-ucs-federais-registram-15-milhoes-de-visitas-em-2019>>. Acesso em 01 dez. 2021.

LAYRARGUES, P.P.; LIMA, G.F. da C. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da Educação Ambiental contemporânea no Brasil. *In*: **Encontro Pesquisa em Educação Ambiental**, 6., p. 1 - 15, 2011. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/Layrargues_e_Lima_-_Mapeando_as_macro-tend%C3%Aancias_da_EA.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2022.

LAYRARGUES, P.P. A Crise Ambiental e suas Implicações na Educação. *In*: QUINTAS, J.S. (org.). **Pensando e Praticando Educação Ambiental na Gestão do Meio Ambiente**. 2ª ed. Brasília: Edições IBAMA, 2002. 206p.

Revbea, São Paulo, V. 17, Nº 4: 167-194, 2022.

LIMA, G.F. da. C. O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável. **Revista De Ciências Sociais-Política & Trabalho**, v. 13, p. 201-222, 1997.

MORAIS, J.P.J.F. Contribución para el conocimiento del componente educativo en contexto de ecoturismo en Portugal. 2017, 245f. **Tese** (Doutorado em Educação Ambiental) – Departamento de Ecologia, Universidade Autônoma de Madri, Madri, 2017.

MOSCARDO, G.; BALLANTYNE, R. Interpretation and attractions. *In: GARROD, B. et al. (ed.). Managing visitor attractions*. Oxfordshire: Routledge, 2009, p. 257-272.

MURTA, S.M.; ALBANO, C.; GOODEY, B. Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. *In: MURTA, S.M.; ALBANO, C. (org). Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p.13-46

NAI – NATIONAL ASSOCIATION FOR INTERPRETATION. **Mission_Vision_and_Core_Values**, 2021. Disponível em: <https://www.interpnet.com/NAI/interp/About/About_NAI/What_We_Believe/nai/About/Mission_Vision_and_Core_Values.aspx?hkey=ef5896dc-53e4-4dbb-929e-96d45bdb1cc1/>. Acesso em: 09 set. 2021.

NATIONAL PARK SERVICE. **Foundations of Interpretation Curriculum Content Narrative**. Washington: U.S. Department of the Interior, 2007. 24p.

NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. Ecoturismo: discurso, desejo e realidade. **Revista Turismo em Análise**, v. 11, n. 2, p. 98 - 110, 2000.

NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. A Educação Ambiental através do Ecoturismo: o diferencial das atividades de contato dirigido com a natureza. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 3, n. 2, p. 76 - 101, 2008.

PÁDUA, C.V.; CHIARAVALLLOTI, R.M. Pesquisa e conhecimento na gestão de unidades de conservação. *In: CASES, M.O. et al. Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação*. Brasília: WWF - Brasil, 2012. p.139-155.

PIMENTEL, D. de S. Os “parques de papel” e o papel social dos parques. 2008. 254f. **Tese** (Doutorado em Recursos Florestais) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2008.

PIRES, P. dos S. A dimensão conceitual do ecoturismo. **Turismo: Visão e Ação**, v. 1, n. 1. p. 75-91, 1998.

RHORMENS, M.S. *et al.* Implementation feasibility of a marine ecotourism product on the reef environments of the marine protected areas of Tinharé and Boipeba Islands (Cairu, Bahia, Brazil). **Ocean & Coastal Management**, v. 139, p. 1 - 11, 2017.

SILVA, R. L. F. O meio ambiente por trás da tela: concepções de Educação Ambiental dos filmes da TV escola. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30., 2007, Caxambú. **Anais [...]**. Caxambú – MG: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2007. 17p.

SORRENTINO, M. *et al.* Educação Ambiental como política pública. **Educação e pesquisa**, v. 31, p. 285 - 299, 2005.

TIES – THE INTERNATIONAL ECOTOURISM SOCIETY. **What is Ecotourism?** 2021. Disponível em: <<https://ecotourism.org/what-is-ecotourism/>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

TILDEN, F. **Interpreting Our Heritage**. 4ª ed. North Carolina: Chapel Hill, 2007. 224p.

VERDEJO, M.E. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático DRP. Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 2010. 68p.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecotourism**: Impacts, Potentials and Possibilities. London: Reed Educational and Professional Publishing Ltd., 1999. 163p.

XIMENES, S.S.F. Interpretação ambiental em unidades de conservação e a perspectiva crítica da Educação Ambiental: possibilidades para o planejamento e monitoramento. 2015. 98f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015.